XV Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2023.

«senhoras que prezão a dignidade do seu ser”: mulheres, publicação e o anuncio de um livro em 1837.

Anna Thereza do Valle Bezerra de Menezes.

Cita:

Anna Thereza do Valle Bezerra de Menezes (2023). *«senhoras que prezão a dignidade do seu ser”: mulheres, publicação e o anuncio de um livro em 1837. XV Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-025/699

Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.es.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

"Senhoras que prezão a dignidade do seu ser": mulheres, publicação e o anuncio de um livro em 1837

Anna Thereza do Valle Bezerra de Menezes

O Brasil, diferentemente de outros países latino-americanos, teve uma permissão tardia para a produção impressa. Junto com a permissão se somaram leis e decretos proibitivos, limitação de mão de obra especializada, e carência de recursos e maquinaria. Na primeira metade do século XIX, às mulheres o acesso às letras num país, então, de ampla maioria analfabeta, era deveras restrito, e a produção tipográfica ainda vista como uma atividade fundamentalmente masculina. No dia 20 de novembro de 1837, no entanto, uma pessoa lerá no Jornal do Commercio, uma das principais folhas do país, o anúncio do livro "Direitos das mulheres e injustiças dos homens" traduzido por Nísia Floresta. A partir dos anúncios em periódicos da época, é possível perseguir os passos de Nísia e de sua publicação. A variação na forma de apresentá-la ao público, os distintos locais de venda e a reincidência de seu anúncio em diferentes periódicos por mais de uma década são indícios da circulação e produção de livros que hoje seriam tidos como publicação independente. Ao olhar essa produção de Nísia, surgem também reflexões sobre o papel social da mulher e sua participação na vida pública e privada no país. Igualmente, observá-la reforça o caráter político da produção impressa ao revelar gestos de desobediência de Nísia quando inserida em seu tempo. Por fim, evidencia as formas culturais que envolviam os impressos de um modo mais amplo.

*

Em um grande salão com janelas altas e compridas, há uma mesa com duas pessoas vestidas em roupas claras. Sobre o peito uma espécie de avental de tiras grossas. Uma delas traz uma caneta na mão e escreve algo, a outra observa alguns papéis. No rosto há uma leveza. Um pouco à frente, em primeiro plano, uma gaveta tipográfica com suas muitas pequenas divisões encontra-se em meio a papéis. Atrás da mesa, há algumas fileiras de bancadas tipográficas. Em pé e atrás delas, alinhados e organizados em duplas vemos rostos e bustos de pessoas também vestidas com roupas claras e avental. Nas bocas sorrisos. Trabalham em pé, observando e organizando gavetas pesadas contendo os tipos móveis feitos majoritariamente em chumbo. Selecionam e compõem textos com eles. Vejo uma foto não datada, publicada em um livro de 1922 (Miranda, não paginado) sobre a história da Imprensa Nacional. Na legenda lê-se: "officina de composição". Nesse ambiente de gráfica, predominantemente masculino, observo

apenas mulheres nesta imagem. Elas usam vestido longo com mangas bufantes. O cabelo de todas é penteado ou cortado de modo que não lhes toque os ombros (Figura 01).

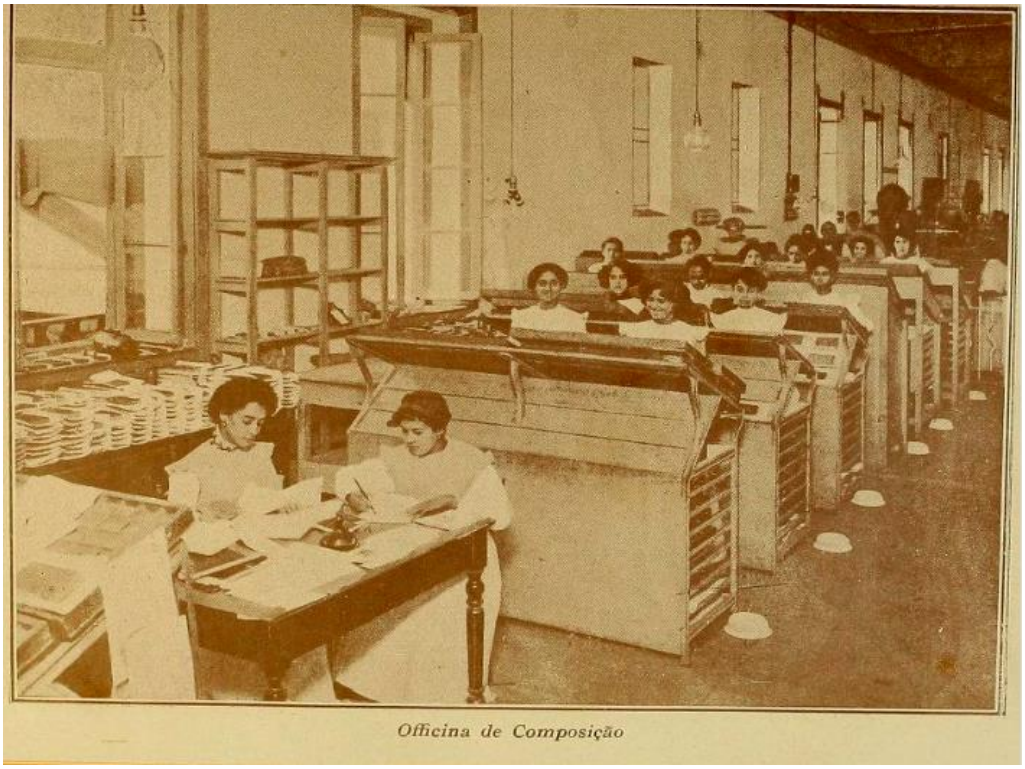


Figura 01 - Mulheres trabalhando na oficina de composição na Imprensa Nacional (Miranda, 1922)

Nos livros de Bello (1908) e Miranda (1922) em que relatam a história da Imprensa Nacional[1] - inicialmente denominada Impressão Régia - e nos quais encontrei a imagem descrita, é dito que as mulheres começaram a receber formação e a trabalhar naquela tipografia antes de 1892. Inicialmente não lidavam com a composição de palavras, ocupando-se da "dobragem de folhas, costura de livros, feitura de talões *e outros trabalhos mais fáceis e leves* das oficinas de serviços acessórios." (Bello, 1908, p. 124, destaque nosso). Porém, em 1894 já se tem o número de 20 mulheres atuando na oficina de composição e em 1908 esse quantitativo corresponde a 69 (idem). Bello (1908, p. 124) ainda relata que

> a remuneração é feita por obra, isto é, pela produção de cada uma, de conformidade com as tarifas do estabelecimento. Trabalham em salas especiais, apartadas das em que funcionam as oficinas dos homens; as horas de entrada e saída são diferentes das dos operários; e, sujeitas ao regime

[1] A Imprensa Nacional, inicialmente denominada Impressão Régia e, depois, Typographia Nacional, foi criada no Brasil com a vinda da corte Portuguesa no início do século XIX. Foi a primeira tipografia autorizada a funcionar em solo brasileiro e que durante um período foi a responsável por toda a produção impressa nacional.

> comum do operariado, estão, todavia, *subordinadas a certas regras disciplinares, exigidas pela concorrência dos dois sexos no mesmo estabelecimento* (Bello, 1908, p. 124, destaque nosso).

Segundo Miranda (1922) a abertura para esse tipo de mão de obra "visou beneficiar as viúvas e as filhas de operários falecidos, proporcionando-lhes ganhos pelo labor honesto" (p. 116). Cabe lembrar que muitas mulheres já atuavam em oficinas tipográficas com seus maridos, ou, como colocado no livro sobre a Imprensa Nacional, quando de sua viuvez, tomavam para si a responsabilidade da tipografia. Das grandes casas de impressão tipográfica são conhecidas, por exemplo, as viúvas Rufina Rodrigues da Costa Brito, esposa de Paula Brito[2]; a viúva de Silva Serva, que assumiu a tipografia junto com o genro em 1819 quando passou a se chamar Typographia da viúva Serva e Carvalho (Hallewell, 2017, p. 141); a viúva de Nicolau Lobo Vianna após o falecimento do marido no início da década de 1850 (p.123) que assumiu a Typographia do "Diario" o nome do periódico que lhe deu origem; e a viúva de René Ogier que assumiu a Typographia de R. Ogier (p. 178).

Ao reler o trecho acima do livro de Bello (1908), três observações me parecem relevantes para compreender onde as atividades das mulheres fora do ambiente doméstico se situavam: o trabalho inicialmente desempenhado por mulheres nas gráficas é considerado como mais fácil e leve; a subordinação das mulheres a regras disciplinares ocorre devido a convivência com os homens; e a sua formação é oriunda da necessidade de continuidade do trabalho inicialmente desempenhado por um homem, em geral, seu marido. Assim, a aceitação da inserção feminina na vida pública, no contexto da produção impressa, se dá por uma limitação e desvalorização da atividade por elas desempenhada (mais fácil e leve do que os demais trabalhos realizados por homens); por um controle definido por regras às quais devem se subordinar e que provavelmente não são aplicadas aos homens; e por uma prestação de serviço póstuma. Esse último item revela, por um lado, uma dependência da mulher - e consequentemente da família - dos negócios do marido que não podem parar nem quando do falecimento dele; e na impossibilidade da mulher de obter uma formação por interesse próprio, desenvolvendo uma independência financeira conjugal.

Segundo Matos e Borelli (2016, p. 146) no início do século XX "as mulheres casadas e solteiras não podiam registrar em seu nome negócios e estabelecimentos, tendo como exceção as viúvas, que gozavam de certa autonomia, podendo assumir os registros e as responsabilidades na condução de negócios e encabeçando empreendimentos." Algumas viúvas de tipógrafos atuavam desde o início do século XIX, e é possível que pouco tenha se modificado

[2] Importante impressor, editor e escritor negro, teve uma das principais casas tipográficas do Rio de Janeiro, foi também fundador do periódico O Homem de côr, em 1833, voltado para a população negra.

no quesito autonomia feminina, estando, no geral, a vida da mulher muito atrelada à vida do marido. Mesmo considerando as viúvas mais autônomas do que as demais mulheres, talvez essa "liberação" seja possibilitada para que desse continuidade ao legado do marido, sendo essa mais uma de suas atividades como esposa. A adesão ao nome de casada reforça isso, e a mulher viúva era, muitas vezes, referida pelo sobrenome adquirido. Assim, simbolicamente, não é a mulher que gere os negócios, mas a figura do marido que permanece no nome dela e muitas vezes no nome do empreendimento. Apesar das restrições legais, muitas casas de comércio são atribuídas a mulheres em anúncios de jornais da época, as atrelando a esse ramo de atividade.

Quanto à escolha de uma profissão, só em 1879 a legislação brasileira permitiu às mulheres frequentar instituições de ensino superior (Matos & Borelli, 2016, p. 136 e Duarte, 2017 p.25). Apesar de formadas, o exercício de uma atividade profissional manteve-se limitado ao desejo e autorização de seus maridos até 1943. E, mesmo após esse período, pela legislação, mantinham-se dependentes dele. Apenas "com o Estatuto da Mulher Casada (1962) é que se retirou do Código Civil o direito do marido de impedir sua esposa de trabalhar fora do domicílio." (Matos & Borelli, 2016, p. 142).

Além dessas limitações, cabe lembrar que poucas eram as mulheres alfabetizadas para lidar com o exercício da tipografia ou da escrita. Em 1872, realizou-se o primeiro Censo (geral do império) no país[3]. A partir das informações ali coletadas, no universo de 4.100.973 mulheres livres, apenas 550.981 sabiam ler e escrever, ou seja, pouco mais de 14%. A situação é ainda mais drástica ao se analisar os dados da população escravizada. Do total de 705.191 mulheres, 445 sabiam ler e escrever. Um quantitativo que não corresponde a 0,1%. É importante ressaltar que a totalidade de homens livres alfabetizados, corresponde, proporcionalmente, a quase o dobro da totalidade feminina livre que sabia ler. Embora evidencie uma desigualdade entre os gêneros, refere-se a uma parcela pequena da população masculina. Esses dados demonstram que o acesso à educação era raro e localizado nas grandes províncias, em particular no Rio de Janeiro, onde se concentravam, por exemplo, cerca de um quarto das mulheres e homens escravizados letrados. Esse cenário evidencia também, a enorme desigualdade racial e social que se estabeleceu historicamente no país.

A variação dos espaços ocupados pelos distintos gêneros também é um aspecto de atenção. Às mulheres era destinado o espaço doméstico e seus afazeres estavam a ele atrelados. O exercício da maternidade, usado como forma de limitar o espaço de trânsito do corpo feminino, reforçou sua restrição à casa. Ao se criar a idealização da mãe, a mulher, sobretudo branca,

[3] Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes

passava a ter um lugar específico na sociedade e tal era utilizado para outros interesses. Segundo Duarte (2017 p. 23 e 24)

> quando se tornou conveniente valorizar a maternidade, tendo em vista os altos índices de mortalidade infantil, ela foi investida de uma mística religiosa e filosófica que naturalizou ainda mais o papel da mãe, incentivou a amamentação e contribuiu para mantê-la mais apegada à família. [...] o redimensionamento do papel da mulher com que umas e outras sonhavam vai consistir na supervalorização das figuras da esposa e da mãe, alçadas à categoria de “santas”.

Assim, junto ao ideal materno, se fixava o ideal da esposa submissa. Cabe, no entanto lembrar, que ao se falar de mulheres é importante reforçar as distinções de etnia e classe impostas, além das variações entre grandes províncias e cidades rurais. A vida pública da mulher era mais ou menos ampliada de acordo com a classe à qual pertence, a cor da sua pele e a proximidade do local que habita a um centro urbano.

De modo a refutar ou aprofundar a condição da mulher como pessoa submissa e dada aos trabalhos domésticos, inúmeros periódicos surgiram ao longo do século XIX. Muitos tinham homens como fundadores. Os registros mostram periódicos comandados por mulheres apenas na segunda metade do século XIX. De abordagens díspares - independente de quem os comandava - os periódicos ora reforçavam o aspecto maternal, sagrado, doméstico, de cuidadora do lar e submissa aos maridos; ora traziam uma reflexão, principalmente, para a necessidade de uma emancipação intelectual feminina.

Duarte (2017) em seu levantamento de 143 periódicos do século XIX com abordagem feminina ou feminista comenta que muitos jornais criados por médicos, padres e jornalistas estavam

> empenhados, exclusivamente, em convencer as mulheres, sobretudo as da elite, então indiferentes à criação dos próprios filhos, a se transformarem em mães “perfeitas”. [...] e não deixa de ser irônico: o “fato novo” que permite à mulher elevar seu *status* na sociedade - a maternidade - é o mesmo que vai contribuir para seu afastamento do espaço público. (Duarte, 2017, p. 24)

Muitos periódicos traziam no título palavras como guia, manual, mentor (das mulheres), fazendo crer que essa parcela da sociedade necessitava de um comando para existir. Esse comando era, muitas vezes, dado por homens que escreviam o conteúdo desses jornais e revistas.

Apesar de uma maioria masculina, é importante destacar que muitas autorias femininas contribuíam com os jornais, sendo de modo oficial - contratadas para tal -, ou nas sessões abertas ao público (Duarte, 2017), como as cartas das leitoras. Divulgava-se uma literatura feminina e, a partir das cartas, liam-se diversas opiniões sobre o que se desejava do ponto de vista da formação educacional da mulher e de seu papel na família. Tendo em vista o baixo índice de alfabetização, compreendo que o alcance desses impressos era limitado - mesmo que sua

circulação ocorresse em diferentes províncias - considerando o contexto mais amplo da sociedade.

Aquelas que demandavam por uma emancipação intelectual - já alfabetizadas - questionavam, sobretudo, a diferença entre o ensino destinado às pessoas masculinas e femininas. Era priorizado para esse último grupo, aulas de piano, de francês e de bordado. Essas atividades não retiravam as mulheres do ambiente doméstico, nem tampouco modificavam o objetivo maior de se tornar esposa de alguém. Bordar e fazer o enxoval, tocar piano em muitos casos para entreter as visitas, ler livros - muitos romances que reforçavam a mulher como indivíduo frágil, dócil, submisso - eram atividades realizadas, principalmente, no ambiente doméstico.

*

Uma pessoa abre o Jornal do Commercio numa segunda-feira, dia 20 de novembro. O ano é 1837 e sabe-se que a lua minguaria naquela madrugada e na antevéspera o mar encontrava-se tal como o chão. “Mar chão” era o termo utilizado pelo periódico. Na cidade do Rio de Janeiro, em pleno novembro, a temperatura passeia por volta de 25ºC. Essa pessoa lê sobre a cólera na Itália e sobre as grossas paredes desnecessárias da casa de correção em construção no Rio. A notícia é concluída com a certeza de que nesse sistema “os presos são reduzidos às suas forças individuais; e as sublevações e fugas tornão-se impossíveis [...] pela impotência de associarem elles seus esforços” (p. 2). Lê, ainda, que se busca uma empresa para reedificar a rampa do açude que represa o rio Maracanã. Logo a seguir, a Companhia do Rio Doce informa, dentre outras coisas, que seu regulamento depende também dos acionistas e diretores de Londres. Passa, então, pelos avisos marítimos e pelos leilões de “huma fazenda com 36 escravos”; leilões de “jóias, pedras finas”, de “pianos, camas francezas, cavallos, etc”. Chega aos anúncios: venda de casas; bilhete de loteria; inauguração da “fábrica de flores artificiaes, de pennas e de pano de todas as qualidades” das “Madamas Olive e Bonnouvrier”; aluguel de ama de leite e de “huma preta que sabe lavar, engommar, cozinhar e fazer todo o serviço de portas para dentro”. Logo abaixo, lê o seguinte:

> DIREITOS das mulheres e injustiça dos homens, por Mistriss Godwin, traduzido e offerecido ás Brazileiras, por huma sua patricia. Ninguem ainda defendeu com mais calor e habilidade, os direitos e interesses do sexo feminino, do que a Ingleza autora desta obra, e por isso ella deve ser lida por todas as senhoras que prezão a dignidade do seu ser” (p. 3).

Na sequência, a pessoa que lê o Jornal do Commercio, no dia 20 de novembro de 1837, sabe que na rua do Ouvidor 121, no Rio de Janeiro, bem próximo à fábrica de flores artificiais, poderá encontrar na loja “casa do livro azul” de Abílio Jordão, a “tradução” realizada por Nísia Floresta Brasileira Augusta - “huma sua patrícia”, no anúncio.

Escrito por uma mulher nascida no Rio Grande do Norte, Direitos das mulheres, injustiça dos homens se anuncia como a tradução do livro A Vindication of the Rights of Woman de Mary Wollstonecraft, de 1792, uma escritora feminista inglesa que abordava pautas semelhantes às de Nísia: a educação feminina e o direito ao trabalho (Martins & Oliveira, 2012).

Recentemente, a partir da pesquisa de Maria Lúcia Pallares-Burke realizada em 1996, reforçada e comentada por Martins e Oliveira (2012), compreendeu-se que a referência primeira do texto que Nísia apresenta é, na verdade, uma tradução francesa de 1750 do texto Woman Not Inferior to Man de 1743, texto de autoria indefinida, cujo pseudônimo atende por Sophia. Já os escritos de Sophia, segundo Pallares-Burke (Martins & Oliveira, 2012), são constituídos em grande parte, por fragmentos do livro De l'Égalité des Deux Sexes, do autor Poulain de la Barre, de 1673. Sophia, no entanto, para criar seu texto, altera e amplia os trechos coletados de La Barre. Para tal, teria se utilizado de uma tradução para o inglês com o título The woman as good as the Man, or the Equality of Both Sexes, de 1677, cuja autoria se apresenta como A. L. (Martins & Oliveira, 2012). Esse aglomerado de versões, fala também sobre o trânsito das ideias que, através de livros sem autoria demarcada, por vezes, poderiam chegar fragmentadas. Igualmente, atenta para uma prática que, atualmente denominada como plágio ou pirataria, fomentou formas de circulação e promoção de ideias e livros num passado distante quando a noção de direito autoral ainda não estava estabelecida e em épocas permeadas por censura e restrições aos impressos.

A tradução[4] de Nísia - passados 150 anos da publicação do texto matriz de La Barre - foi impressa em Recife pela Typographia Fidedigna (Duarte, 2010) em 1832 e foi reeditada em 1833, em Porto Alegre[5]. Segundo Duarte, houve uma nova edição em 1839, feita no Rio de Janeiro "conforme o reclame publicado no Jornal do Commercio de 25 de abril deste ano" (Duarte, 1989, p.26). Da tipografia carioca nada se sabe, mas reconhece-se que em outras obras suas, um de seus impressores foi Paula Brito (Duarte, 1989). Desconhecendo, portanto, essa origem, os anúncios que encontrei no Jornal do Commercio no período de 1837 a 1841, abrem um questionamento sobre a reedição de Direitos das mulheres, injustiça dos homens em 1839.

[4] Não me deterei aqui às tipologias de tradução e suas metodologias próprias, uma vez não ser esse o tema e foco deste trabalho. Deste modo, utilizo o termo tradução por ser ele o empregado nos anúncios da época que se referem ao trabalho de Nísia. Para um aprofundamento sobre a tradução realizada por Nísia Floresta ver Martins e Oliveira .(2012)

[5] Um exemplar dessa edição consta na Biblioteca Nacional, na sessão de livros raros, com o seguinte número de localização: 028,003,045. A imagem de sua página de rosto consta também na sua reedição de 1989 na pg. 107. Nela leio que se trata de uma "reimpressão", fazendo crer, portanto, que ao menos 2 edições do livro foram realizadas na primeira metade do séc. XIX

Sabe-se que Nísia chega ao Rio em 1837[6], e é a partir dessa data que encontro anúncios de sua obra no referido periódico da cidade. A repetição da ocorrência dos anúncios - de agosto a dezembro de 1837, ao menos um por mês; e pelo menos dois ao longo de todo ano de 1838; três em 1839; um em 1840 e um em 1841 - leva a crer que se trata, ainda, de exemplares da reimpressão realizada em Porto Alegre.

No ano de 1838, em 31 de janeiro, é anunciada no mesmo Jornal do Commercio a abertura de sua escola. Talvez por este motivo, há uma diminuição na ocorrência de anúncios do livro Direitos das mulheres:

> D. Nísia Floresta Brasileira Augusta tem a honra de participar ao respeitavel publico que ella pretende abrir, no dia 15 de fevereiro próximo, na rua Direita n. 163, hum collegio de educação para meninas, no qual, além de ler, escrever, contar, coser, bordar, marcar, e tudo o mais que toca á educação domestica de huma menina, ensinar-se-ha a grammatica da lin-gua nacional por hum methodo facil, o francez, o italiano, e os principios mais geraes da geographia. Haveráõ igualmente neste collegio mestres de musica e dança.
> Recebem-se alumnas internas e externas. A directora, que ha 4 annos se emprega nesta occupação, dispensa-se de entreter o respeitável publico com promessas de zelo, assiduidade, e applicação no desempenho dos seus deveres, aguardando a occasião em que possa praticamente mostrar aos pais de família que a hon-rarem com a sua confiança, pelos promptos progressos de suas filhas, que ella não he indigna da ardua tarefa que sobre si torna. Todavia não póde deixar de advertir que, sendo a cadeira de francez immediatamente dirigida por ella, muito se devem aproveitar as educandas da vantagem que tem de poderem, no trato escolar, exprimirem-se nesse idioma, o que, certamente muito concorrerá para o seu adiantamento.

A divulgação de Direitos das mulheres, injustiça dos homens não se restringe ao Jornal do Commercio, nem ao Rio de Janeiro. Assim, em 1834 Direitos das mulheres, injustiça dos homens já havia sido anunciado no Diário de Pernambuco, em 29 de abril de modo objetivo, trazendo apenas o título do livro, sem nenhum outro dado. Igualmente, nesse mesmo periódico, em 1849 foram realizados anúncios praticamente diários, durante cerca de duas semanas de julho. Neles o valor do livro era mais alto do que o visto no Rio de Janeiro, anos antes.

A retomada das vendas em outro Estado, talvez se explique por Nísia, pouco mais de um ano antes, ter fechado as atividades de sua escola no Rio, aberta desde 1838. Em adição, nesse período realiza uma viagem à Europa, e tal fato pode ter trazido a necessidade de se desfazer de um estoque pessoal e de reunir algum dinheiro.

A mudança de perspectiva sobre a existência (ou não) de uma segunda reimpressão, altera o olhar para a circulação do livro. Havendo de fato três edições, tal significa dizer que houve um sucesso de vendas que justificasse novamente sua reimpressão. Mesmo desconhecendo a tiragem das edições, uma venda tão efetiva me parece pouco provável, considerando o contexto

---

[6] Essa informação é trazida por Duarte (1989 e 2010) mas também é referida em anúncio do Jornal do Commércio de 13 de dezembro de 1837 no qual se lê: “Precisa-se saber aonde mora a Illma. Sra. D. Nisia Floresta Brazileira Augusta, que chegou há pouco de Porto Alegre. Annuncie por esta folha.”

vigente. Ao observar a constância de anúncios, não encontrei nenhum que comentasse uma nova saída do prelo. Nota-se ainda, uma variação na abordagem das informações disponibilizadas referentes ao conteúdo da publicação e da sua autoria. Ora com um texto mais panfletário e ofensivo, uma vez que deveria ser lido por todas “as senhoras que prezão a dignidade do seu ser”, ora de forma extremamente objetiva, contendo apenas o título e o valor, os anúncios refletem os riscos de uma publicação com temática desviante e impressa a partir de recursos próprios.

Os anúncios demonstram que a divulgação da obra é um investimento e que em determinados momentos ocorrerá utilizando-se mais ou menos linhas / caracteres do jornal. Evidencia, também, que a divulgação nos periódicos locais era um mecanismo de contato com um público maior e variado. A depender da abordagem, se delimitava ou não o público que se desejava alcançar. Assim, em 31 de agosto de 1837 dizia-se que a obra “é offerecida ás Brazileiras, e academicos Brazileiros.” Igualmente a relação com a autoria se faz notar. Em poucos anúncios há a referência de Nísia, e essa, quando existe, se faz pelas iniciais de seu nome de desejo: N. F. B. Augusta (Nísia Floresta Brasileira). Em outros momentos é referida como uma pernambucana, uma brasileira (todas do Diário de Pernambuco de 1849) e uma patricia.

Esse livro de Nísia é considerado o primeiro livro feminista publicado no Brasil. Além de seu teor, relembro aqui os aspectos anteriormente abordados sobre as mulheres no século XIX: a pouca participação na vida pública, o baixo índice de alfabetização e a interdição de acesso à educação e ao trabalho remunerado, principalmente, fora do ambiente doméstico. Soma-se a esse fato, a falta de acesso às pequenas letras de chumbo, estando restritas em sua ampla maioria às oficinas com mão de obra masculina.

Para Campoi (2011) “a maior ousadia do livro [Direitos das mulheres, injustiça dos homens] está em pleitear postos de trabalho e no governo, ou seja, o acesso das mulheres ao espaço público” (p. 210 e 211). Nísia atrela a possibilidade de acesso aos cargos públicos à obtenção de conhecimento pelo estudo. Ela compreende que, diante da condição das mulheres, há um ciclo constante que roda em si: “Por que a ciência nos é inútil? Porque somos excluídas dos cargos públicos; e por que somos excluídas dos cargos públicos? Porque não temos ciência” (Augusta,1989, p. 136).

Assim, Nísia aborda algo que 40 anos depois ficará evidente no Censo realizado em 1872: uma ampla parcela feminina atua em trabalhos domésticos, ou, simplesmente, não atua formalmente. Igualmente, já se mostra preocupada com a existência de uma grande parcela de mulheres que não sabe ler nem escrever. Além da trajetória pessoal de Floresta permeada pela recusa a um casamento forçado, perseguiu-se aqui o curso desta sua primeira publicação,

provavelmente financiada com recursos próprios da autora. Confiou sua impressão a uma tipografia acessível em Recife (Hallewell, 2017 e Duarte, 2010) e depois a outra em Porto Alegre.

Nota-se aqui, no gesto da tradução, no ato da reimpressão e na insistência da venda, uma contestação através do ato de se publicar à suposta condição de obediência feminina. Considerando os muitos anúncios em anos variados e distantes (1834 - 1849), é possível que Nísia tenha quedado com uma parcela considerável da publicação, tentando vendê-la em armarinho e em lojas de livros: primeiro na loja de Eduardo Laemmert, e depois na de Abílio Jordão no Rio de Janeiro e, por fim, na livraria de Recife, localizada na Praça da Independência. Os seguidos anúncios podem demonstrar a dificuldade de aceitação da obra pelo amplo público - seja por sua autoria feminina, seja pelo seu conteúdo controverso para época.

Informar que o texto era de Mary Wollstonecraft foi, talvez, uma forma de atrair um público maior, já que as ideias da inglesa estavam despontando no meio intelectual. Ou, tratava-se de mais uma confusão oriunda do trânsito das ideias entre distintas localidades e de uma ainda restrita liberdade de expressão que dificultava a livre divulgação das autorias e relembrava que nem todos podem desobedecer. Por outro lado, os anúncios evidenciam a circulação da obra entre localidades distantes e por um período extenso.

Nísia Floresta, assim, atravessava algumas barreiras com sua publicação: o analfabetismo; a docilidade e a obediência ao marido; a dedicação exclusiva aos filhos e à família; e a restrição ao ambiente doméstico. Cabe ressaltar que Nísia nasceu em uma família financeiramente confortável de pai advogado, mas que, tendo ele sido assassinado prematuramente, deixou como atribuição para a filha, os cuidados com a mãe (Hallewell, 2017).

Embora não seja o meu intuito apenas reforçar os nomes já conhecidos, a partir da trajetória de Nísia, pode-se imaginar outros possíveis percursos realizados por mulheres. Os caminhos de Nísia, as viúvas impressoras e a imagem da oficina de composição da Tipografia Nacional sugerem o envolvimento de mulheres com a arte da impressão desde o princípio desta atividade no Brsil, seja nos bastidores das oficinas ou na autoria dos textos.

Não só pela existência do seu livro - reforçando a possibilidade de autoria às mulheres - mas por reafirmar o lugar pensante e reflexivo que também lhes cabia na sociedade, Nísia traz uma abordagem feminista de emancipação da mulher, nem sempre encontrada em publicações feitas por e para mulheres. Em seu percurso, Nísia parece ter atuado em muitas frentes da publicação: a escrita, a edição, o contato com as oficinas tipográficas, livrarias e outros pontos de circulação, além do armazenamento de estoque, provavelmente, improvisado. Hallewell (2017, p. 134) que parece não considerar a existência de uma segunda impressão realizada em Porto Alegre, crê que a autora partiu para Porto Alegre com os livros impressos em Recife e de

lá seguiu para o Rio de Janeiro com um quantitativo remanescente considerável. Na cidade, segundo Hallewell teria entregue os exemplares na Casa do Livro Azul. Embora as datas apresentadas por Hallewell não condizem com as informações encontradas nas edições de 1837 do Jornal Commercio, deixa a dúvida sobre de quem era a autoria dos anúncios: se exclusivamente da Casa do Livro Azul ou em parceria com Nísia, tendo em vista sua variação de abordagem. Igualmente não explica o reaparecimento de anúncios em 1849 no Diário de Pernambuco.

Seu fazer publicador teve continuidade em outros livros editados de sua autoria e em outras traduções que realizou dentro e fora do país. A insistência no exercício de "apesar de" seguir se anunciando e publicando e de, diante das dificuldades, forjar um caminho próprio de atuação - pautado muitas vezes na experimentação -, a aproxima das publicadoras que hoje traduzem livros de mulheres, escrevem seus próprios textos e se autopublicam[7].

*

Referências Bibliográficas

Augusta, N.F. B. (1989). *Os direitos das mulheres e injustiça dos homens.* São Paulo, Cortez

Bello, O. (1908). *Imprensa nacional 1808-1908: apontamentos históricos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em: https://archive.org/details/imprensanaciona00brazgoog/page/n6/mode/2up?q=impressão+régia; acesso em 12 de maio de 2022

Borelli, A. & Matos, M. I. (2016). *Espaço feminino no mercado produtivo*. In: Pedro, J. M. & Pinsky, C. B. e (orgs.). *Nova história das mulheres no Brasil***.** São Paulo: Contexto

Campoi, I. C. (2011). *O livro "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX*. História, São Paulo, v.30, n.2, p. 196-213, ago/dez 2011 disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a/ rxXDkxX8hshjGT9vsDwbndx/?format=pdf Acesso em 12 de junho de 2021

Duarte, C. L. (1989). Introdução, Posfácio e Notas. In: Augusta, N.F. B. (1989). *Os direitos das mulheres e injustiça dos homens.* São Paulo: Cortez

Duarte, C. L. (2010). *Nísia Floresta*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana

Duarte, C. L. (2017). *Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX*. Belo Horizonte: Autêntica editora

[7] No Brasil há um movimento pulsante das ditas editoras independentes. Neste cenário muitas mulheres publicam, são publicadas ou estão à frente da organização de feiras, eventos e espaços de trocas e vendas de publicação. Como exemplo tem-se a Feira Tijuana e o Festival Plana (cuja a última edição foi em 2018), a banca Vermelha, a livraria Gato sem rabo e editoras como a Tenda de livros.

Hallewell, L. (2017). *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: Editora da Universidade São Paulo

Martins, M. A. P. & Oliveira, A. O. P. (2012). *Nísia Floresta e Direitos das mulheres e injustiça dos homens: uma tradução em busca do original*. Scripta Uniandrade, v.10, n. 1

Miranda, F. G. (1922) *Memória histórica da imprensa nacional organizada por ordem do exmo. ministro da fazenda Dr. Homero Baptista.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em: https://archive.org/details/memoria1922/page/14/mode/2up?q=impressão+régia acesso em: 12 de maio de 2022